



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Administrativo nº 202207005

**DO OBJETO**

1- O presente Termo de referência tem por objeto a futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E RECARGA DE GÁS EM CENTRAIS DE AR, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

**1.1. Discriminação dos itens:**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	DESINSTALAÇÕES DE SPLIT TIPO CASSETE		75,000	UNIDADE		
2	DESINSTALAÇÕES DE SPLIT TIPO PAREDE DE 7.000 A 30.000 BTUS		75,000	SERVIÇO		
3	INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE AR SPLIT 30.000 BTUS. <i>Especificação : INCLUINDO TUBO DE COBRE, TUBO ESPONJOSO, CABO PP 4 X 2,5 PAR DE SUPORTES, PARAFUSOS, PORCA, ARRUELAS, AMORTECEDORES, ROB DE FITA BLACKOUT, BUCHA E ABRAÇADEIRAS</i>		3,000	UNIDADE		
4	INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE AR SPLIT 7.000 À 24.000 BTUS <i>Especificação : INCLUINDO TUBO DE COBRE, TUBO ESPONJOSO, CABO PP 4 X 2,5 PAR DE SUPORTES, PARAFUSOS, PORCA, ARRUELAS, AMORTECEDORES, ROB DE FITA BLACKOUT, BUCHA E ABRAÇADEIRAS</i>		167,000	UNIDADE		
5	INSTALAÇÃO DE SPLIT DE 12.000 A 18.000 BTUS <i>Especificação : INCLUINDO TUBO DE COBRE, TUBO ESPONJOSO, CABO PP 4X 2,5 PAR DE SUPORTES PARAFUSOS, PORCA, ARRUELAS, AMORTECEDORES, ROB DE FITA BACKOUT, BUCHAS E ABRAÇADEIRAS</i>		6,000	UNIDADE		
6	LIMPEZA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO BEBEDOUROS INDUSTRIAL OU PURIFICA <i>Especificação : LIMPEZA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BEBEDOURO INDUSTRIAL E PURIFICADOR DE ÁGUA.</i>		220,000	UNIDADE		
7	LIMPEZA INTERNA DO RESERVATÓRIO NO BEBEDOURO		6,000	UNIDADE		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

8	LIMPEZA INTERNA NO RESERVATÓRIO NOS BEBEDOUROS	26,000	UNIDADE		
9	MANUTENÇÃO CONTRA VAZAMENTOS NA GELADEIRA OU FREEZER	193,000	UNIDADE		
10	MANUTENÇÃO CORRETIVA TROCA DE SENSOR DE 20.000 A 24.000 BTUS.	75,000	UNIDADE		
<i>Especificação : MANUTENÇÃO CORRETIVA TROCA DE SENSOR DE DEGELO E TEMPERATURA DE 20.000 A 24.000BTUS</i>					
11	MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA NA GELADEIRA OU FREEZER	213,000	UNIDADE		
12	MANUTENÇÃO DA SERPENTINA DE COBRE CENTRAL DE AR 30.000 BTUS	11,000	UNIDADE		
13	MANUTENÇÃO DA SERPENTINA DE COBRE CENTRAL DE AR 7.000 A 24.000 BTUS	192,000	UNIDADE		
14	MANUTENÇÃO DO VENTILADOR CENTRAL DE AR 30.000 BTUS	11,000	UNIDADE		
15	MANUTENÇÃO DO VENTILADOR CENTRAL DE AR 7.000 A 24.000 BTUS	219,000	UNIDADE		
16	MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO BEBEDOURO INDUSTRIAL OU PURIFICADOR DE ÁGUA	76,000	UNIDADE		
17	MANUTENÇÃO ELÉTRICA NOS BEBEDOUROS	28,000	UNIDADE		
18	MANUTENÇÃO NA PARTE ELÉTRICA CENTRAL DE AR 7.000 A 24.000 BTUS	75,000	UNIDADE		
19	MANUTENÇÃO PREVENTIVA BÁSICA DE ACJ DE 10.000 A 12.000 BTUS.	6,000	UNIDADE		
<i>Especificação : LIMPEZA DE FILTRO DE AR E APLICAÇÃO DE SPLAY ANTOFUNGOS E ANTI BACTERICIDAS.</i>					
20	MANUTENÇÃO PREVENTIVA BÁSICA MENSAL DE SPLIT DE 30.000 BTUS	34,000	UNIDADE		
<i>Especificação : LIMPEZA DE FILTRO DE AR E APLICAÇÃO DE SPRAY ANTIFUNGOS E ANTI BACTERICIDAS</i>					
21	MANUTENÇÃO PREVENTIVA BÁSICA MENSAL DE SPLIT DE 7.000 A 24.000 BTUS.	529,000	UNIDADE		
<i>Especificação : LIMPEZA DE FILTRO DE AR E APLICAÇÃO DE SPRAY ANTIFUNGOS E ANTI BACTERICIDAS</i>					
22	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS GELADEIRAS OU FREEZER	330,000	UNIDADE		
23	MANUTENÇÃO PREVENTIVA GERAL DA SPLIT DE 12.000 A 18.000 BTUS	45,000	UNIDADE		

Rodovia Augusto Meira Filho, Km 17, S/Nº, CEP: 68798-000 - Santa Bárbara do Pará - Pará.  
CNPJ: 83.334.698/0001-09



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

*Especificação : HIGIENIZAÇÃO EM CONDICIONADOR DE AR SPLIT COM MANUTENÇÃO GERAL DA EVAPORADORA, SERPERTINA, VENTOINHA, BANDEJA, ISOLAMENTO TERMO ACÚSTICO, DRENO COM MASTER PLUS REFRI, HIGIENIZAÇÃO COM ANTI BACTERIANA AROMA BAC 0+ E MAIS APLICAÇÃO DE SPLAY ANTIFUNGOS, QUÍMICOS, FONTES DE RADIAÇÃO DE CALOR EXCESSIVO, E FONTES DE GERAÇÃO DE MICROORGANISMOS.*

24	MANUTENÇÃO PREVENTIVA GERAL DE SPLIT DE 7.000 À 24.000 BTUS	170,000	UNIDADE		
----	---	---------	---------	--	--

*Especificação : HIGIENIZAÇÃO EM CONDICIONADOR DE AR SPLIT COM MANUTENÇÃO GERAL DA EVAPORADORA, SERPENTINA, VENTOINHA, BANDEJA, ISOLAMENTO TERMO ACÚSTICO, DRENO COM MASTER PLUS REFRI, HIGIENIZAÇÃO COM ANTI BACTERICIDA AROMA BAC 0+ E MAIS APLICAÇÃO DE SPRAY ANTIFUGOS, QUÍMICOS, FONTES DE RADIAÇÃO DE CALOR EXCESSIVO, E FONTES DE GERAÇÃO DE MICROORGANISMOS*

25	REPOSIÇÃO DE GÁS NA CENTRAL DE AR SPLIT 30.000 BTUS	34,000	UNIDADE		
----	---	--------	---------	--	--

26	REPOSIÇÃO DE GÁS NA CENTRAL DE AR SPLIT DE 7.000 A 24.000 BTUS	346,000	UNIDADE		
----	--	---------	---------	--	--

27	REPOSIÇÃO DE GÁS NO BEBEDOURO INDUSTRIAL OU PURIFICADOR DE ÁGUA	76,000	UNIDADE		
----	---	--------	---------	--	--

28	REPOSIÇÃO DE GÁS NOS BEBEDOUROS	26,000	UNIDADE		
----	---------------------------------	--------	---------	--	--

29	REPOSIÇÃO DE GÁS REFRIGERANTE R22 E R410A NA CENTRAL DE AR SPLIT 7.000 À 24.000	75,000	UNIDADE		
----	---	--------	---------	--	--

*Especificação : REPOSIÇÃO DE GÁS refrigerante R22 E R410A NA CENTRAL DE AR SPLIT 7.000 À 24.000 BTUS*

30	REPOSIÇÃO DO CONTROLE REMOTO CENTRAL DE AR 30.000 BTUS	8,000	UNIDADE		
----	--	-------	---------	--	--

31	REPOSIÇÃO DO CONTROLE REMOTO CENTRAL DE AR 7.000 À 24.000 BTUS	72,000	UNIDADE		
----	--	--------	---------	--	--

32	SENSOR DE DEGELO E SENSOR DE DEGELO E TEMPERATURA DE 12.000 A 18.000 BTUS.	75,000	UNIDADE		
----	--	--------	---------	--	--

33	SERVIÇO DE TROCA DE COMPRESSOR, FILTRO SECADOR, TUBO CAPILAR, LIMPEZA DO SISTEMA.	75,000	UNIDADE		
----	---	--------	---------	--	--

*Especificação : EM SPLIT DE 7.000 A 24.000 BTUS*

34	SERVIÇO E TROCA DA PLACA COMANDO DA EVAPORADORA DE 12.000 A 18.000 BTUS.	90,000	UNIDADE		
----	--	--------	---------	--	--

35	SERVIÇO E TROCA DA PLACA DE COMANDO DA CONDENSADORA DE 18.000 A 36.000 BTUS.	75,000	UNIDADE		
----	--	--------	---------	--	--

36	SERVIÇO E TROCA DA PLACA DE COMANDO DA EVAPORADORA DE 7.000 À 24.000 BTUS	300,000	UNIDADE		
----	---	---------	---------	--	--

37	SERVIÇO E TROCA DA VALVULA DE SERVIÇO 1/4 A 3/4.	75,000	UNIDADE		
----	--	--------	---------	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

38	SERVIÇO E TROCA DE CAPACITOR ELETROLITICO PARA VENTILADOR SPLIT.	75,000	UNIDADE		
39	SERVIÇO E TROCA DE COMPRESSOR, FILTRO SECADOR, TUBO CAPILAR E LIMPEZA DO SISTEMA	90,000	UNIDADE		
<i>Especificação : EM SPLIT DE 12.000 A 18.000 BTUS</i>					
40	SERVIÇO E TROCA DE COMPRESSOR, FILTRO SECADOR, TURBO CAPILAR E LIMP. DO SISTEMA.	270,000	UNIDADE		
<i>Especificação : EM SPLIT DE 7.000 A 24.000 BTUS</i>					
41	SERVIÇO E TROCA DE CONTATORA DE 18.000 À 24.000 BTUS	85,000	UNIDADE		
42	SERVIÇO E TROCA DE DEGELO E TEMPERATURA DE 7.000 A 9.000 BTUS.	75,000	UNIDADE		
43	SERVIÇO E TROCA DE SENSOR DE DEGELO E TEMPERATURA DE 12.000 A 18.000 BTUS.	90,000	UNIDADE		
44	SERVIÇO E TROCA DO MOTOR DA EVAPORADORA EM SPLIT DE 7.000 A 24.000 BTUS.	75,000	UNIDADE		
45	SERVIÇO E TROCA DO MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA EM SPLIT 7.000 A 24.000 B	75,000	UNIDADE		
<i>Especificação : SERVIÇO E TROCA DO MOTOR DO VENTILADOR DA CONDENSADORA EM SPLIT 7.000 A 24.000 BTUS</i>					
46	SOLDAS EM GERAL CENTRAL DE AR 30.000 BTUS.	34,000	UNIDADE		
47	SOLDAS EM GERAL CENTRAL DE AR 7.000 À 24.000 BTUS	434,000	UNIDADE		
48	SOLDAS EM GERAL COM REPOSIÇÃO DE GÁS NA GELADEIRA OU FREEZERS	86,000	UNIDADE		
49	SOLDAS EM GERAL NA GELADEIRAS OU FREEZER.	125,000	UNIDADE		
50	TROCA DA LÂMPADA INTERNA NA GELADEIRA OU FREEZER	228,000	UNIDADE		
51	TROCA DANPER NA GELADEIRA OU FREEZER	174,000	UNIDADE		
52	TROCA DAS BORRACHAS DE VEDAÇÃO NA GELADEIRAS OU FREEZER	178,000	UNIDADE		
53	TROCA DE CAPACITOR HERMETICA PARA COMPREENSOR, NA CENTRAL DE AR SPLIT 7.000 À 24.	300,000	UNIDADE		
<i>Especificação : TROCA DE CAPACITOR HERMETICA PARA COMPREENSOR, com vácuo no sistema NA CENTRAL DE AR SPLIT 7.000 À 24.000 BTUS</i>					
54	TROCA DE CAPACITOR HERMETICA, NA CENTRAL DE AR SPLIT DE 30.000 BTUS	89,000	UNIDADE		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

Especificação : TROCA DE CAPACITOR HERMETICA PARA COMPREENSOR, com vácuo no sistema NA CENTRAL DE AR SPLIT 30.000 BTUS

55	TROCA DE CAPACITOR HERMETICA,NA CENTRAL DE AR SPLIT 7.000 À 24.000 BTUS	266,000	UNIDADE		
Especificação : TROCA DE CAPACITOR HERMETICA PARA COMPREENSOR, com vácuo no sistema NA CENTRAL DE AR SPLIT 7.000 À 24.000 BTUS					
56	TROCA DE COMPRESSOR NO BEBEDOURO INDUSTRIAL OU PURIFICADOR DE ÁGUA	76,000	UNIDADE		
57	TROCA DE FIAÇÃO NA GELADEIRA OU FREEZER	228,000	UNIDADE		
58	TROCA DE FILTRO DE AR CENTRAL DE AR 7.000 À 24.000 BTUS	162,000	UNIDADE		
59	TROCA DE FILTRO DE AR NA CENTRAL DE AR DE 30.000 BTUS	11,000	UNIDADE		
60	TROCA DE FILTRO SECADOR CENTRAL DE AR 30.000 BTUS	8,000	UNIDADE		
61	TROCA DE FILTRO SECADOR CENTRAL DE AR 7.000 À 24.000 BTUS	212,000	UNIDADE		
62	TROCA DE SENSOR CENTRAL DE AR 7.000 À 24.000 BTUS	75,000	UNIDADE		
63	TROCA DE SENSOR DE DEGELO DE 30.000 BTUS	11,000	UNIDADE		
64	TROCA DE SENSOR DE DEGELO DE 7.000 A 24.000BTUS	117,000	UNIDADE		
65	TROCA DE SENSOR DE TERMOSTATO NA CENTRAL DE AR SPLIT 7.000 À 24.000 BTUS	233,000	UNIDADE		
66	TROCA DO COMPRESSOR NA GELADEIRA OU FREEZER	181,000	UNIDADE		
67	TROCA DO COMPRESSOR NOS BEBEDOUROS	45,000	UNIDADE		
68	TROCA DO FILTRO CENTRAL DE AR 7.000 À 24.000 BTUS	75,000	UNIDADE		
69	TROCA DO FILTRO DO GÁS DO COMPRESSOR NA GELADEIRA OU FREEZER	187,000	UNIDADE		
70	TROCA DO FILTRO NO BEBEDOURO INDUSTRIAL OU PURIFICADOR DE ÁGUA	120,000	UNIDADE		
71	TROCA DO FILTRO NOS BEBEDOUROS	28,000	UNIDADE		
72	TROCA DO REFIL DO FILTRO NO BEBEDOURO INDUSTRIAL OU PURIFICADOR DE ÁGUA	600,000	UNIDADE		
73	TROCA DO RELÉ NA GELADEIRA OU FREEZER	226,000	UNIDADE		

Rodovia Augusto Meira Filho, Km 17, S/Nº, CEP: 68798-000 - Santa Bárbara do Pará - Pará.  
CNPJ: 83.334.698/0001-09



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

74	TROCA DO SENSOR DE DEGELAMENTO NA GELADEIRA OU FREEZER	178,000	UNIDADE		
75	TROCA DO SENSOR DO TERMOSTATO NA CENTRAL DE AR SPLIT 30.000 BTUS	22,000	UNIDADE		
76	TROCA DO TERMOSTATO NA GELADEIRA OU FREEZER	194,000	UNIDADE		
77	TROCA DO TERMOSTATO NO BEBEDOURO	28,000	UNIDADE		
78	TROCA DO TERMOSTATO NO BEBEDOURO INDUSTRIAL OU PURIFICADOR DE ÁGUA	76,000	UNIDADE		

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum para prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E RECARGA DE GÁS EM CENTRAIS DE AR E EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA.

1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário

1.6. O contrato terá vigência ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA, através da Comissão Permanente de Licitação, que tem como atribuições realizar os procedimentos licitatórios, visando a futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E RECARGA DE GÁS EM CENTRAIS DE AR E EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS

Rodovia Augusto Meira Filho, Km 17, S/Nº, CEP: 68798-000 - Santa Bárbara do Pará - Pará.  
CNPJ: 83.334.698/0001-09



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

DO MUNICIPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA, com vista atender suas necessidades precípua onde necessita que a sua estrutura administrativa esteja adequada e a sua funcionalidade interna capaz de atender suas atividades e em seu desenvolvimento. Desta feita, faz-se necessário a realização de procedimento Administrativo de licitação, observando sempre a busca da administração pública pela melhor qualidade e o menor desembolso, através de um procedimento formal de disputa e registro de preços. Por fim, na forma proposta de aquisição mais vantajosa para a Administração Pública de SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA.

2.2. A realização e fiscalização do respectivo contrato administrativo, atendidas as suas demandas e disponibilidades orçamentárias e financeiras caberá a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA.

### **3. O PRAZO DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. Os serviços poderão ser realizados durante o período 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preço.

3.2. Os serviços deverão iniciar-se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviços emitida pela CONTRATANTE.

Os serviços serão recebidos e fiscalizados por servidores designados pela CONTRATANTE.

### **4. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. Os serviços serão realizados, em conformidade com as determinações expedidas pela CONTRATANTE.

4.2. Os serviços serão rejeitados, sempre que estiverem em desacordo com as condições estipuladas no instrumento convocatório e contratos.

4.3. Os serviços deverão ser de qualidade. Sendo a prestação dos referidos serviços serão supervisionados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ.

4.4. A CONTRATADA deverá, durante a prestação dos serviços, atender as exigências das condições de segurança.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
JUNTOS CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO,  
UMA NOVA HISTÓRIA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

4.5. A licitante vencedora garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultantes de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ.

**5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. O objeto do presente Termo de referência é de natureza comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste instrumento, em conformidade com o parágrafo único do Art, 1º da Lei 10.520/2002.

**6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

6.1. O prazo de entrega dos serviços objeto da licitação será de 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da requisição de fornecimento.

6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7. DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

7.1. A proponente deverá realizar os serviços no local indicado pelo PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ de acordo com a ordem de compra;

**8. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

8.1. O recebimento do serviço deverá ser efetuado por servidor designado para esse fim, representando a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 9.7. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.8. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.9. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

9.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.13. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência.

9.14. Impedir que terceiros executem os serviços objeto deste Pregão, ressalvados os casos autorizados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ;

9.15. Solicitar que seja refeito os serviços que não atenda às especificações constantes neste termo de referência.

9.16. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o serviço, por intermédio de servidor nomeado para esse fim.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, equipamentos, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Rodovia Augusto Meira Filho, Km 17, S/Nº, CEP: 68798-000 - Santa Bárbara do Pará - Pará.  
CNPJ: 83.334.698/0001-09



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
JUNTOS CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO,  
UMA NOVA HISTÓRIA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo de referência.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Rodovia Augusto Meira Filho, Km 17, S/Nº, CEP: 68798-000 - Santa Bárbara do Pará - Pará.  
CNPJ: 83.334.698/0001-09



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

11.1. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.2. Não será permitida a subcontratação do objeto.

**12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
JUNTOS CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO.  
UMA NOVA HISTÓRIA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

12.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.15. O servidor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.16. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

12.17. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la durante a execução do Contrato, desde que aceito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ.

12.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 13. DO PAGAMENTO

13.1. Executados e aceitos os serviços, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ, situado Rodovia Augusto Meira Filho, KM 17, s/n, para fins de liquidação e pagamento, que serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contado da entrega dos documentos.

13.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser

Rodovia Augusto Meira Filho, Km 17, S/Nº, CEP: 68798-000 - Santa Bárbara do Pará - Pará.  
CNPJ: 83.334.698/0001-09



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.A. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 13.4.1. o prazo de validade;
- 13.4.2. a data da emissão;
- 13.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 13.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 13.4.5. o valor a pagar; e
- 13.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \begin{array}{l} | \\ = \end{array} \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

14.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.4. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.5. comportar-se de modo inidôneo; ou

14.5.A. cometer fraude fiscal.

14.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**14.6.1. Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**14.6.2. Multa de:**

**14.6.2.1.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**14.6.2.2.** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

- 14.6.2.3.** 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.6.2.4.** 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato; e
- 14.6.2.5.** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 14.6.2.6.** as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 14.6.3.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.6.4.** Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 14.6.4.1.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa constante deste Termo de Referência.
- 14.6.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.7.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.7.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.7.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

**14.7.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**14.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**14.9.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do órgão competente, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**14.10.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**14.11.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**14.12.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa, como ato lesivo à administração pública, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**14.13.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**14.14.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**14.15.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



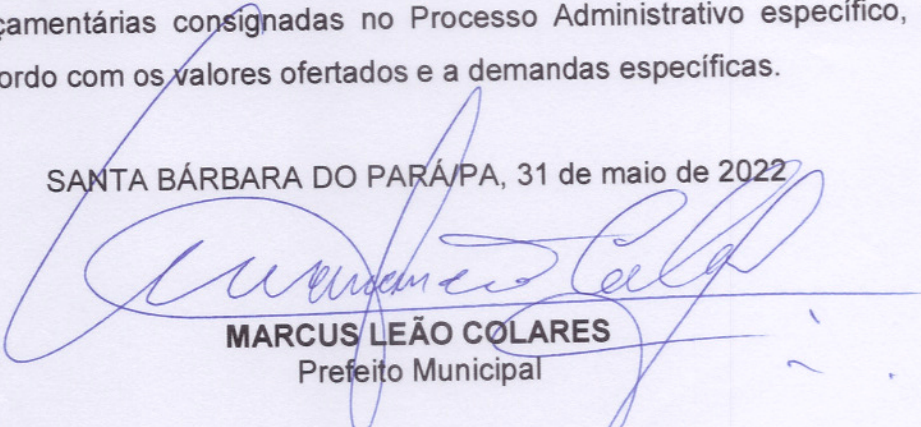
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ**  
Poder Executivo  
CPL - Comissão Permanente de Licitação

**15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 15.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 15.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência da licitante em serviços objeto deste Termo de Referência.
- 15.4. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.
- 15.5. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.
- 15.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.
- 15.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

- 16.1. As despesas para realização dos serviços correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Processo Administrativo específico, de acordo com os valores ofertados e a demandas específicas.

SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA, 31 de maio de 2022

  
**MARCUS LEÃO COLARES**  
Prefeito Municipal